

IGNORÂNCIA, INGENUIDADE E HIPOCRISIA

Por Samuel Costa Filho*

São ancestrais as alianças que existem no capitalismo entre o poder do Estado e o poder das finanças. A história mostra, inclusive, que nos países do chamado mundo desenvolvido diversos bancos centrais descendem de bancos privados que financiavam o Estado em troca de favores especiais. Nesta época de domínio da globalização financeira, esta aliança entre o Estado capitalista e o capital financeiro foi fortalecida. A dinâmica rentista teve o apoio do Estado para a formação e o desenvolvimento desse novo ciclo do funcionamento e da valorização do capital.

Um Estado supostamente fraco, com aparência de Estado Mínimo, com apoio dos principais organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Organização Mundial do Comércio - OMC), atuou pesadamente viabilizando o processo de expansão da globalização financeira. Nessa realidade, o Estado utilizou maior força e poder na aplicação e viabilização do receituário neoliberal em favor do mercado financeiro global e em detrimento do setor produtivo e, principalmente, de seus cidadãos, objetivando, antes de tudo, atender às necessidades da reprodução do capital e à defesa dos interesses da classe financeira dominante. Tudo muito diferente da maneira como é apresentado pela ciência econômica ortodoxa, que não revela de maneira adequada o papel do Estado na sociedade capitalista.

Nessa visão, o Estado continuou sendo apresentado como instituição neutra que objetiva satisfazer às exigências da vida em sociedade e defendendo os interesses da nação. O governo está a serviço do povo e o Estado reflete os anseios do povo, com a premissa básica de manutenção da reprodução da sociedade e trabalhando em favor (e para a proteção) dos seus cidadãos.

Todavia, a realidade é outra. O Estado e as suas instituições atuam e contribuem para a reprodução da dominação do capital. Suas formas de atuação ao longo da história sempre foram

mutáveis, variando no tempo e no espaço. Na denominada Época de Ouro do Capitalismo, entre 1945 e 1970, em diferentes países da Europa, construiu-se o chamado Estado do Bem-Estar Social, devido ao momento histórico da dominação capitalista necessitar do apoio da classe trabalhadora para, simultaneamente, afastar a ameaça de revoluções comunistas e para conseguir a colaboração e cooptação dos trabalhadores. Contudo, este período da história foi apenas um momento particular do processo de valorização e acumulação capitalista (CHESNAIS, 2001).

A crise do capital na década de 1970 revelou e estabeleceu os limites da “utopia burguesa” de construir um capitalismo harmonioso, igualitário e justo. Esse modo particular de acumulação de capital de base social democrata chegou a seu limite histórico e, por não ser mais funcional à dinâmica do capital, começou a sofrer um processo de reestruturação que beneficiou o domínio do capital e da burguesia financeira. Foi o início de um período de constituição de um “admirável” novo sistema financeiro, que se expandiu em nível internacional, mudando as condições globais e permitindo baixas taxas reais de juros, políticas monetárias frouxas, inovações financeiras na busca de investidores excessivamente confiantes (WOLF, 2010a).

Esta mudança ocorreu a partir dos Estados Unidos da América (EUA), com Ronald Reagan e Paul Völker; e, na Inglaterra, com Margareth Thatcher. Dessas duas realidades, um Estado forte e suas instituições implantaram a nova ordem sob a dominância do capital rentista, que recolocou e submeteu a classe trabalhadora ao domínio de um capital sem limites e com grande mobilidade e liberdade de ação.

O controle do sistema capitalista pelo capital financeiro representou um retorno às políticas conservadoras e o Estado deu prioridade à aplicação de medidas que obrigavam a um retrocesso social e que levou os trabalhadores a atuar na defensiva, participando e exigindo parcelas

decrecentes da renda nacional. Nesse sentido, o Estado viabilizou reformas a favor do capital financeiro que possibilitaram o início da eliminação dos direitos sociais e das conquistas trabalhistas conseguidas pelas classes trabalhadoras pós-Segunda Guerra Mundial. O capital retornou à antiga política de exploração de classe típica do século XIX (CHESNAIS, 2010).

Essa dinâmica e dominância do capital financeiro ocorreram por intermédio de um processo engendrado via liberalização do capital, que não se resumiu apenas à linha comercial, mas incluiu o capital financeiro, o fluxo de investimentos produtivos, políticas que priorizavam a desregulamentação e o desmantelamento de instituições do Estado Social e que permitiram a constituição de instituições e políticas de defesa do interesse do capital financeiro (OMC, FMI, banco central Independente, política de metas de inflação, câmbio flexível etc.) que passaram a dominar a agenda.

A implantação deste programa neoliberal ocorre em cada país de diferentes maneiras, dado que a política neoliberal não é homogênea, depende do modo como ocorre a correlação de forças entre as classes dominantes de cada país, como esta burguesia nacional se coloca diante do processo de globalização financeira e como os organismos internacionais (FMI, OMC e Banco Mundial) conseguem impor esta agenda aos países da periferia do sistema capitalista.

A crise atual do capitalismo financeiro revelou não somente as fragilidades desse sistema financeiro especulativo erguido em meio à crise do capital, a partir dos anos 1970, mas também revelou os excessos praticados pelo sistema bancário sem controle e pelo sistema financeiro internacional. Revelou ainda, e principalmente, a ignorância, a ingenuidade e a hipocrisia do discurso econômico dos economistas de mercado formados pela corrente ortodoxa, que construíram teorias com o intuito de justificar e apoiar esta realidade.

A crise representa um vexame para os economistas liberais, os principais porta-vozes do mercado financeiro; principalmente se recordarmos que nos anos 90 do século passado, quando, diante da hegemonia do capital financeiro globalizado, os ideólogos do capitalismo desqualificavam críticas heterodoxas ou qualquer posição dos oponentes dessa dinâmica financeira, com adjetivos pejorativos, como se se tratasse de discurso jurássico, retrogrado,

ultrapassado etc. (SADER, 2010). Ganhou fama até um intelectual orgânico, de triste memória, que chegou a pregar o fim da história.

O Estado, que até então era apresentado como ineficiente, gigante, teve que socorrer com urgência o capital financeiro diante da crise iniciada no coração do capitalismo, ou seja, nos EUA. Um vexame maior foi verificar e aceitar que se o Estado não tivesse auxiliado e salvado o “eficiente” mundo das finanças, as consequências para o sistema capitalista seriam ainda mais graves. Nessa realidade, foi novamente o famigerado *deficit* público que na verdade ajudou a economia mundial e salvou não somente os Estados Unidos, mas também diversos países da Europa desenvolvida, de apresentar uma depressão ainda mais profunda.

Acontece que os economistas de mercado, os liberais porta-vozes do mercado financeiro, os operadores de mercado e outros combatentes das tropas financeiras, contando com a ingenuidade da maioria dos cidadãos e apoiados na ignorância e na hipocrisia de suas visões ideológicas do funcionamento e da dinâmica da sociedade capitalista, conforme explica Santos (2010), tentam agora criar e constituir um novo engodo, um “senso comum” para explicar o retumbante fracasso do capital financeiro e do capitalismo neoliberal. Segundo o novo discurso do mercado, a crise é consequência de um período de esbanjamento da sociedade, que estava vivendo acima das suas possibilidades. Tratava-se de um período de bonança insustentável para as possibilidades da economia, e agora é hora de começar e ter como norma o processo de transferência de riqueza para os ricos, apoiados no discurso da austeridade, com aparência de “sofrimentos compartilhados”.

Segundo esta justificativa, a crise financeira atual revela que a sociedade terá que pagar a conta pelo esbanjamento, com a economia entrando em um período de austeridade e os cidadãos necessitando enfrentar e aguentar os remédios amargos que estão sendo adotados. A responsabilidade da crise, que é privada, é assumida pelo setor público e, conforme acontece nas crises do capital, a conta deve ser socializada e, nessa conjuntura, em proveito e na defesa do capital financeiro.

O discurso em defesa do capital financeiro tem sido repetido e difundido pelas principais agências financeiras internacionais porta-vozes do mercado financeiro, pelos operadores de mercado e outros combatentes das tropas financeiras e até pela

grande maioria dos governos dos países desenvolvidos, que a cada dia estão mais conservadores. Estes apresentam a crise financeira como uma farra de consumo, do fim de um período de bonança e bem-estar vivido pela sociedade, pelas empresas e pelo próprio Estado - com este último, como sempre, gastando demais.

Os analistas de mercado tentam convencer a todos que a sociedade viveu acima das suas posses e endividou-se excessivamente. A crise é a consequência das dívidas contraídas e essas dívidas têm que ser pagas. Os bancos pretendem que acreditemos que não fizeram empréstimos ruins. Tentam criar uma realidade diferente. Desse modo, a estratégia do sistema financeiro foi esconder as perdas e fazer com que os governos paguem as contas em favor do sistema financeiro. Esta atitude encobre as alterações nos critérios contábeis e demais decisões objetivando viabilizar os denominados ativos podres decorrentes dos empréstimos que o próprio sistema financeiro sabia não possuir capacidade de serem honrados pelos devedores no curto prazo.

Entretanto, mesmo não desconsiderando as enormes fraudes praticadas no sistema financeiro internacional, a crise é o resultado lógico da dinâmica e do funcionamento do capitalismo rentista, que originou uma abundância de liquidez barata, sem controle, sem regulamentação e sem qualquer disciplina financeira. A lógica rentista alimentou a liquidez e a especulação no mercado de *commodities*, no mercado de dívida soberana, no mercado imobiliário e com derivativos etc., propagando vagarosamente a crise por todo o capitalismo. O sistema financeiro transformou a grande maioria da população em especuladores altamente alavancados e sem condições de honrar os compromissos no curto prazo. E com o fim da exuberância irracional promovida pela internacionalização do capital os bancos transferiram os custos de suas estripulias e incompetência para os governos (BELLUZZO, 2010).

Nessa realidade, o sistema financeiro deixou de servir e atuar para viabilizar a produção e se tornou elemento dominante da lógica de funcionamento da dinâmica do mundo capitalista rentista. A farra do capital especulativo portador de juros levou a uma crise que foi prontamente combatida pelos Estados, que concederam empréstimos de emergência para tentar estabilizar os mercados. Assim, o Estado assumiu seu papel histórico,

aplicando a política de socialização dos prejuízos e ficando com as dívidas, e os credores não arcando com qualquer prejuízo, revelando que não foi a irresponsabilidade fiscal e o gasto do Estado do Bem-Estar Social o problema da Zona do Euro.

Em decorrência da atuação do Estado, como vítima da farra financeira e da orgia de endividamento público e privado, os países da União Europeia (UE) têm vivido uma situação bem conhecida dos países latino-americanos: crise da dívida soberana. Não é surpresa, portanto, que em meio à crise cresça o conservadorismo e imperem medidas de cunho ortodoxo liberal que exigem corte de gastos sociais e medidas de austeridade fiscal, de política recessiva, que, postas em prática, beneficiam apenas ao capital rentista. Aparece novamente um Estado ineficiente e perdulário que, para arcar com seus compromissos de classe e salvar o capital financeiro, tem que cortar os gastos sociais e reduzir os serviços públicos, despedir funcionários públicos, diminuir salários e eliminar prestações sociais.

A verdade a ser encoberta é a de que foi o Estado Capitalista que socializou os prejuízos com as medidas de salvação do capital financeiro, transferindo os prejuízos para a coletividade. Nos países onde a crise é mais grave, os cidadãos estão sendo enganados pelas ideias de austeridade e de sacrifícios compartilhados. Criou-se uma mentira que encobre que a crise é do capital financeiro desregulado, que no período de bonança aparecia extremamente lucrativo, poderoso e forte demais para quebrar. Os mercados ignoraram os riscos no período de expansão e, na crise, os governos se obrigaram a salvar o sistema via dívida pública.

Este sistema financeiro internacional, ao apresentar graves dificuldades e provocar um imenso rombo financeiro na economia mundial, conseguiu rapidamente a ajuda dos Estados para salvá-lo da bancarrota, ou seja, da sociedade e dos cidadãos, tomando clara a aliança que existe entre o capitalismo rentista e o poder do Estado. Durante esta crise, o sistema financeiro não mudou sua dinâmica nem foi minimamente regulamentado; assim, estes piratas das finanças estão novamente enchendo seus cofres com o sacrifício da sociedade, via dívidas soberanas, demonstrando que não aprenderam nada com esta crise (SANTOS, 2010).

Os pacotes de ajuda realizados pelos Estados, portanto, não procuram mudar nada na dinâmica da

economia financeira mundial e, desse modo, a UE não consegue reduzir o risco de contágio que atinge os Piigs (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha). Todavia, ao aceitar as regras impostas pelos piratas das finanças, a UE provoca a manutenção da queda no nível de crescimento e no emprego e não contém o contágio. À quebra da Irlanda segue-se a da Grécia, que será acompanhada em breve pela de Portugal e da Espanha. A Itália e a própria Inglaterra também não estão isentas.

O Estado, a quem supostamente cabia e deveria domesticar os mercados financeiros, criando regulamentação adequada, continuou na sua missão de subserviência ao capital financeiro, não produziu reformas significativas e, como consequência, muitos dos governos que salvaram o mercado financeiro mundial estão sendo intimidados por estes mesmos mercados, via dívida pública, que foi criada para salvar os lucros desse capital financeiro.

No EUA, na UE, China, Japão etc., diante da crise do capital financeiro, ocorreram respostas individualizadas e neoconservadoras, provocando a eclosão de graves conflitos comerciais e monetários entre países, com a chamada “política de empobrecer o vizinho”. Nesse contexto, não é surpresa a fraca recuperação da economia dos Estados Unidos e que a Comissão Europeia, corretamente, já faz sua previsão de que o crescimento da UE desacelerará em 2011 e 2012.

O problema da crise do capital financeiro se transmuta e aparece como sendo problema do famigerado *deficit* público, que deve ser imediatamente reduzido ou controlado. Esta atitude retrógrada, neoconservadora da UE, entretanto, somente servirá para castigar suas economias com baixo crescimento e alto desemprego. Estas medidas de contenção dos estímulos fiscais, de preocupação com a dívida pública irão apenas manter por muito mais tempo e até aprofundar a crise global. Assim, não resta a menor dúvida de que a crise do capital financeiro continuará por um bom tempo (KRUGMANN, 2010a).

Para alguns, durante o período de bonança, os governos perderam uma ótima oportunidade de adotar políticas e medidas duras e fazer com que os mercados financeiros pagassem a conta (ROSSI, 2010b). Entretanto, os Estados nunca tiveram o objetivo de domesticar as finanças internacionais. Agiram sob pressão e foram incapazes de realizar as reformas estruturais

adequadas para, no mínimo, viabilizar um novo ciclo de crescimento capitalista. Como quase nada foi feito e ocorreu uma diminuição no ímpeto reformista das finanças mundiais, logo a confiança e dominância dos mercados financeiros retornaram.

A ortodoxia de mercado procura então difundir o consenso de que o aperto fiscal é a solução mais eficaz para promover o crescimento da economia mundial. Deliberadamente, esquece Keynes (1982), que demonstrou como em uma conjuntura de crise a melhor solução é o Estado investir, gastar, criar emprego, tributar os ricos, regular a economia e o sistema financeiro. É somente dessa maneira que a economia sai da crise e que a política beneficia a todos.

A Europa, diante da crise financeira, seguiu e apresentou a resposta mais conservadora, burocrática e retrógrada possível à crise global. A “resposta” da UE sempre foi a pior possível. Comandada pela Alemanha, apoia-se na ideia de que os estados-membros devem responder a esta crise grave do sistema financeiro cortando despesas, diminuindo direitos sociais e reduzindo os serviços públicos, de modo a permitir o pagamento e a remuneração dos credores do Estado (WOLF, 2010b). Essa realidade serve para mostrar que nada mudou no mundo das finanças, reafirmando as medidas de pilhar os incautos países que caíram nessa armadilha.

Nos EUA não é diferente. Os americanos estão sendo chamados a pagar a conta no lugar do mercado financeiro. Com a crise, aumentou a fila por alimento nos EUA e, relatório contra a fome, da Feeding America, de 2010, mostra que entre 2006 e 2009 mais de 12 milhões de norte-americanos passaram a receber caixas emergenciais de comida (MURTA, 2010), enquanto os que se beneficiaram da ajuda do Estado com os gastos de *deficit* público foram os arquirricos, a parte mais alta da pirâmide econômica, que representa apenas 2% da população e que recebe atualmente aproximadamente três quartos de todos os excedentes (lucros, rendas e ganhos de capital) que produzem a riqueza nacional. Isso representa quase o dobro do que esta minoria recebia na geração anterior (HUDSON, 2010).

Hipocrisia, ignorância e ingenuidade fazem desenvolver e difundir uma atitude moralista via movimento Tea Party nos EUA. Cresce um sentimento moralista que ecoa não apenas nos Estados Unidos, mas também em boa parte do mundo capitalista desenvolvido. Cada vez mais eleitores nos EUA e na Europa estão sendo convencidos de que esbanjaram demais e que

precisam ser castigados. Desse modo, os Estados devem reduzir gastos e apertar os cintos e a população deve pagar a conta pela crise do capitalismo financeiro (KRUGMAN, 2010a).

Esse crescimento do conservadorismo parece revelar não existir alternativas para lidar com esta crise do capitalismo; que outra solução não parece hoje possível. Como tal decisão passa pela esfera e política do Estado, este, sob o comando dos que controlam o sistema financeiro, ou seja, dos principais beneficiários do sistema, não tem apresentado interesse e força para realizar políticas alternativas. Assim, as políticas recomendadas são neoconservadoras e consistem em enfraquecer e dilapidar ainda mais o Estado de Bem-Estar (saúde, educação, pensões, previdência social), onde quer que ele ainda exista, e debilitar também a classe trabalhadora, para que os trabalhadores se vejam obrigados a aceitar qualquer tipo de trabalho nas condições e com remuneração impostas pelos que comandam o capital.

A história do ano de 1929, com a crise econômica e a política de cortes e medidas de austeridade adotadas pelo governo, mostrou que esta saída conservadora usada pelo capitalismo agravou a crise global e levou a economia mundial a enfrentar uma depressão profunda, que suscitou desemprego em massa, guerras comerciais, ondas de nacionalismo, xenofobismo, até chegar ao fascismo e ao nazismo. Resultado: se continuar essa estratégia, levará ainda mais tempo para que a economia mundial volte a se recuperar.

Na Inglaterra, conforme demonstra Viv Smith (2010), a política de emprego de dominância conservadora já começou a lançar um ataque brutal às pessoas desempregadas para desviar as críticas dos verdadeiros parasitas: os ricos. O governo britânico anunciou que os desempregados (considerados parasitas sociais, desempregados irresponsáveis) que devem solicitar auxílio terão que realizar trabalhos não remunerados - caso neguem-se a fazê-los, perderão o subsídio.

O programa inglês apoia-se na ideia conservadora de que existem muitos postos de trabalho disponíveis e que os desempregados são parasitas, preguiçosos e culpados por não estarem se esforçando para conseguir um posto de trabalho. Todavia, diante dessa realidade, o objetivo que se camufla é a intenção de eliminar postos de trabalho e cortar custos das empresas, que passarão a utilizar mão de obra praticamente gratuita, substituindo trabalhadores sindicalizados por indivíduos desempregados, como bem mostra a

experiência anterior realizada nos EUA.

Nesse capitalismo rentista, os ingleses milionários e conservadores apresentam os desempregados como culpados e não mais como as vítimas do sistema capitalista rentista. Invertem a lógica de explicação da teoria econômica que Marx desmistificou, mostrando que os autênticos beneficiários do sistema capitalista e os principais responsáveis pela sua dinâmica são os capitalistas. E, com a internacionalização do capital, é o setor rentista o principal ganhador.

Ninguém cobrou dos bancos a sua parte pela imensa confusão em que se envolveram no planeta inteiro com suas aventuras financeiras. No discurso hipócrita, a crise irlandesa é antes e acima de tudo uma crise do seu sistema bancário e imobiliário. Esta ingênua “realidade” é tão evidente que constitui um novo “senso comum”. E, no entanto, ela só é real na medida em que encobre bem outra realidade: a Irlanda foi vítima da onda de liberalismo extremado e da sua bolha especulativa que gerou a crise, provocada por um sistema financeiro empolado, desregulado, chocantemente lucrativo e muito poderoso. Com isto, os Estados, já endividados, endividaram-se mais, tiveram de recorrer ao sistema financeiro que tinham acabado de resgatar e, este, porque as regras do jogo não foram, entretanto, alteradas, decidiu que só emprestaria dinheiro nas condições que lhe garantisse lucros fabulosos até à próxima explosão (ROSSI, 2010b).

As agências de classificação de créditos, que foram omissas na avaliação de riscos privados de crédito, agora se tornaram rigorosas na avaliação das formas de risco soberano. Os governos aguardam os pronunciamentos dessas agências, que antes eram alvo de intensas críticas desses mesmos governos. A virada é chocante. Os mercados financeiros que foram salvos pelo Estado passaram a exigir de Portugal e da Espanha taxas de juros ainda mais elevadas para a rolagem de suas dívidas. Na Grécia, em Portugal e na Espanha, é também chocante quando as medidas brutais que estão violando o Estado do Bem-Estar Social são adotadas por partidos “socialistas”.

Como o Estado capitalista funciona em favor da acumulação e em benefício das classes dominantes, este não procurou solucionar adequadamente o problema, de modo que, hoje, o mercado leva o melhor aluno (Irlanda) do neoliberalismo na UE à bancarrota. Este diligente discípulo do Consenso de Washington foi à

nocautado devido aos excessos do sistema financeiro sem controle e porque os governantes não tiveram o objetivo de enfrentar o sistema financeiro ao longo do desenvolvimento inicial da crise. Acontece que existe alternativa. Há outra solução. Mas veja o que realizou o “Tigre Celta” (Irlanda).

O problema da Irlanda não foi criado por gasto público irresponsável. Não é apenas a crise das políticas neoliberais, é uma crise da globalização financeira que antes era apresentada de maneira ufanista, com um processo de globalização que desenvolvia necessariamente a “solidariedade”; uma ignorância sobre a lógica de funcionamento do capital, uma ingenuidade sobre a concorrência do capital em nível internacional e uma hipocrisia da propaganda dos economistas ortodoxos.

A Irlanda foi o melhor aluno europeu, sempre aplicando as políticas neoliberais, apresentando inclusive superávits fiscais nos cinco anos anteriores à crise do capital financeiro. Quando a crise dos bancos privados explodiu e levou os bancos à bancarrota, estes somente não fecharam as portas porque o governo os amparou com os recursos necessários, que resultou em elevados *deficits*.

A Irlanda, no período de 1990 a 2003, apresentou um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) de 7,7% (CARDOSO; CORRÊA; LIMA, 2010). Este forte crescimento possibilitou comparar a Irlanda aos denominados “Tigres Asiáticos”, de tal modo que os neoliberais, exultantes, denominavam a Irlanda de “Tigre Celta”. Os analistas de mercado, os economistas ortodoxos e a grande maioria dos jornalistas econômicos costumavam apresentar o caso da Irlanda como o exemplo do sucesso das políticas de reformas liberais. A Irlanda eficazmente teria reduzido a intervenção estatal e aumentado as liberdades individuais.

As publicações de caráter “liberal” exultavam o sucesso irlandês como decorrência da liberalização da economia. A Irlanda possuía um Estado equilibrado e reduzido, apresentava uma baixa carga tributária, tendo ainda criado instituições que garantiam o respeito aos contratos, às leis e à propriedade intelectual e que não mais permitiam forte regulação do Estado.

A Irlanda era assim apresentada como um país de liberdades individual e liberal; um país que assegurava a livre-iniciativa e estimulava agressivamente o capital internacional. Assim sendo, foi a implementação do receituário e da

política neoliberal a grande responsável por seu sucesso (BERTONHA, 2010).

No mundo da globalização financeira, a economia irlandesa se colocou com elevado grau de abertura econômica, com a sua economia sendo uma das mais globalizadas do mundo. Sua economia apresentava mais da metade de seus setores produtivo e financeiro sob comando do capital estrangeiro. Em 2004, o setor de serviços representou 66% do emprego, a indústria 28% e 6% para a agricultura (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2007).

No turbilhão da crise irlandesa, os apologistas liberais apresentam hoje uma explicação da crise da Irlanda como decorrente da crise do setor imobiliário, dos serviços financeiros e da contração de crédito para o setor privado, com um roteiro semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos: a bolha imobiliária estourou, os bancos foram contaminados e a economia real está sofrendo (LEITÃO, 2010a). Todavia, a farra de crédito e empréstimo na UE, no auge da supremacia da financeirização da economia, era tal que o endividamento das famílias e das empresas em países como Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia e Reino Unido variaram entre 130% e 255% do PIB, entre os anos de 1990 e 2000. O endividamento privado apresenta níveis alarmantes em toda Europa, nos EUA e no Canadá. Estes dados expressam bem o risco que o sistema financeiro internacional estava exposto (ANDREI NETTO, 2010).

Devido à crise, apesar de todo sucesso e apoio ao liberalismo, a Irlanda não escapou do *default*. Mesmo sendo o melhor aluno europeu das políticas neoliberais, a Irlanda foi reprovada. O Estado irlandês tentou salvar o capital rentista e atuou na linha recomendada pelos economistas de mercado e, ainda assim, foi penalizado. Sua resposta atual não irá salvar os outros Piigs do saque a ser realizado pelos piratas do capital financeiro. Os insaciáveis piratas do capital financeiro logo irão atracar em outras terras.

A Irlanda foi o primeiro país da Zona do Euro a cair em recessão em 2008, após o estouro de sua bolha imobiliária. Em 30 de setembro de 2008 foi a Irlanda um dos primeiros países a reagir ao colapso do banco de investimento do Lehman Brothers, aprovando a garantia de 400 bilhões de euros do passivo em seis bancos irlandeses. Este pacote foi posteriormente aumentado para 485 bilhões de euros para cobrir também os buracos de bancos

estrangeiros com operações na Irlanda. Em 21 de dezembro do mesmo ano, a Irlanda novamente concordou em injetar 5,5 bilhões de euros em três de seus principais bancos e passou a controlar o Anglo Irish Bank (CARDOSO, 2010).

Devido à aplicação da política de socialização dos prejuízos e de defesa do capital financeiro, em 30 de março de 2009 a empresa de *rating* Standard and Poor's reduziu a classificação do crédito da Irlanda de AAA para AA+ e afirmou que esta classificação poderia cair ainda mais, em um sinal de que não confiava no esforço do governo irlandês de manter as finanças públicas sob controle. Na mesma linha, a empresa de *rating* Fitch tirou a Irlanda da sua classificação de crédito AAA, em 8 de abril de 2009, reduzindo-a AA-plus. Nesse mesmo dia, o governo irlandês estimou em 10,6 bilhões de euros os cortes de gastos para 2010-2011, previu um aumento adicional de impostos de 3,25 bilhões no período e aprovou um orçamento de emergência, o segundo em seis meses. Em 9 de dezembro de 2009, o novo orçamento da Irlanda para 2010 previu uma economia de mais de 4 bilhões de euros, reduzindo empregos do setor público e benefícios sociais para tentar conter o *deficit* crescente. Todavia, em 19 de julho de 2010, foi então a empresa de *rating* Moody's que reduziu a classificação de crédito da Irlanda em um ponto, para Aa2, dizendo que o país enfrentava problema de lentidão na saída da recessão. E, em 25 de agosto de 2010, novamente a Standard and Poor's diminuiu o *rating* de longo prazo da Irlanda em um ponto, para AA-e, e apresentou uma perspectiva negativa para a Irlanda no que diz respeito à gestão da dívida pública (O GLOBO, 2010).

Em 30 de setembro de 2010, o governo da Irlanda colocou mais de 50 bilhões de euros para resgatar seus bancos e anunciou que teria que elevar mais a poupança orçamentária. Em 6 de outubro de 2010, a Fitch reduziu o *rating* de crédito da Irlanda de A+ para AA e também colocou a sua classificação em perspectiva negativa. Diante de toda essa crise, a Irlanda disse não ter necessidade de ajuda, por acreditar que a confiança do mercado seria restaurada. Entretanto, em 21 de novembro de 2010, os ministros das Finanças da UE receberam o pedido de ajuda da Irlanda e, em 22 de novembro de 2010, representantes da UE e do FMI começaram a detalhar o pacote de "ajuda". A ajuda à Irlanda representou 32% do seu PIB, com previsão de a dívida pública subir para 93% em 2010, superando

a marca dos 100% em 2011. Desse pacote de ajuda, o capital financeiro continua sendo premiado com uma ajuda imediata. Serão repassados de 8 a 12 bilhões aos bancos, que, desde 2008, já receberam uma ajuda de 12 bilhões em setembro, perfazendo um total de 45 bilhões de injeção neste sistema (O GLOBO, 2010).

Como se percebe, para o mercado financeiro de nada adiantou o grande auxílio recebido pelo sistema bancário com o início da crise e, muito menos, com os êxitos de toda política liberal e superávits fiscais conseguidos com muito esforço nos últimos 20 anos pela Irlanda. Tudo foi por água abaixo em apenas três anos, de 2008 a 2010. A colunista de O Globo, Mirian Leitão (2010a), uma importante representante do discurso dos economistas de mercado junto à grande mídia brasileira, procura resposta para o que classifica "mistério irlandês". Objetiva responder como o "mercado" penalizou um país que foi apontado como exemplo durante anos e que cresceu em ritmo chinês e que está em recessão, com deflação, e com risco de dar calote na dívida.

O melhor aluno da classe está em recuperação. Por 20 anos, a Irlanda foi exemplo de disciplina fiscal: reduziu a dívida pública de 108% do PIB, em 1986, para 25%, em 2007 (gráfico). O PIB cresceu em média 7,4% ao ano de 1995 a 2007. Falava-se de milagre irlandês. O país era apontado como exemplo e havia mil explicações para o seu sucesso (LEITÃO, 2010a, s./p.).



Fonte: Mirian Leitão (2010a)

A resposta de Leitão (2010a, s./p.), como a dos economistas de mercado, põe a culpa nos irlandeses, que terão de fazer sacrifício devido à irresponsabilidade pelo gasto no período de bonança:

Os países em suas tragédias econômicas parecem todos iguais. Os bancos emprestaram irresponsavelmente, as pessoas foram ficando mais endividadas, pensando que estavam ficando ricas. Quando a bolha estoura, os ativos entram em queda livre, o governo aumenta os gastos para salvar os bancos e evitar o colapso da economia. Por causa do socorro, o déficit aumenta, os

governos têm que pagar juros altos nas suas dívidas, as agências de rating rebaixam a avaliação dos países, alguma entidade estrangeira resgata o país e impõe ajustes. A dívida sobe mais ainda e os bancos exigem mais juros para rolar a dívida.

Por esta explicação, as farras do capital financeiro e da política de liberalismo extremado, que foram, pelo Estado, transformadas em dívida pública, têm que ser socializadas e pagas pelo cidadão. O Estado deve cortar os gastos e reduzir os serviços públicos, despedindo funcionários, reduzindo salários e eliminando serviços sociais. Este é o discurso dos economistas de mercado procurando difundir política de austeridade em benefício do capital financeiro.

O professor José Márcio Camargo (apud LEITÃO, 2010b), da PUC-Rio, é um dos muitos economistas que alimentam as ideias de Leitão: não vê saída para os europeus, a não ser uma moratória negociada da Irlanda, Portugal, Espanha e Grécia com seus credores, de modo a acertar novos prazos e juros para o pagamento das dívidas. Todavia, no caso da Irlanda, como governo endividado, e no contexto atual, não existe outra saída para o governo irlandês a não ser aplicar as medidas de austeridade do FMI (LEITÃO, 2010b).

Freire (2010, s./p.), articulista da Folha, conseguiu explicar esta questão melhor que os grandes profissionais de mercado que municiam de informações Miriam Leitão:

Em suma, o setor mais sofisticado e rico das finanças mundial, Wall Street e agregados, investiu de modo irracional e incompetente, quando não abertamente picareta, e quebrou. O governo bancou seus prejuízos, direta ou indiretamente. A fim de evitar uma depressão brutal, os Estados tiveram de gastar mais dinheiro, de fazer dívida a fim de bancar os "pacotes de estímulo fiscal". Dívida a ser paga com impostos.

A banca, agora, sorri balofa como numa gravura expressionista. Os governos, por sua vez, agora começam a apertar o cinto. Reduzem a duração do seguro-desemprego, cortam serviços de saúde, aumentam o preço das mensalidades de universidades públicas.

Essa história de socialização de prejuízos dos "mercados eficientes" é recorrente, já se repetiu em farsa, em pastelão e, agora, é rerepresentada com cinismo desmedido. Espantosamente, quase ninguém liga.

Acontece que o discurso conservador apresenta sempre a mesma resposta: diante de uma crise fiscal: o devedor deve pagar ou, então, renegociar. Todavia, uma pergunta necessita de resposta: com esse pacote de ajuda, a Irlanda põe fim à crise?

Faço minhas as palavras de Rossi (2010b, s./p.): "Nem em sonho". Pode até acalmar os corsários do mercado financeiro por eles ficarem seguros de que receberão da Irlanda o que esta lhes deve.

Acontece que "Os corsários já puseram proa rumo a Portugal e Espanha, dois outros países endividados, o que significa que acabam deixando cair gotas de sangue que atraem as piranhas do mercado" (ROSSI, 2010b, s./p.).

O Financial Times (2010) já se deu conta de que a solução da crise na Irlanda não resolve os problema na UE e de que a crise soberana pode se espalhar pelo continente europeu. Em editorial, nota que o contágio da dívida soberana praticamente não está mais sendo contido. Assim, a UE não pode proteger a Espanha, a próxima vítima. E não somente a Espanha. Se a situação de liquidez se agravar outros países poderão seguir pelo mesmo caminho, pois o sistema europeu não possui uma ferramenta de crédito suficiente para conter o contágio. Krugman (2010b, s./p.) também já percebeu a dinâmica do mercado especulativo e financeiro de pilhar os países, e afirma: "Grécia, Irlanda e Portugal são meras 'tapas', Espanha é o prato".

Nos EUA, George Akerlof, prêmio Nobel de Economia, afirmou que a negligência em castigar os delinquentes do sistema financeiro e como ainda resgatá-los cria incentivos para que o sistema cometa mais delitos econômicos, o que provocará uma destruição futura da economia. Joseph Stiglitz, também Nobel de Economia, afirmou coisa semelhante (CARTA MAIOR, 2010). Afinal, quando vão ser implementadas as medidas de "eutanásia do rentista", conforme pensava Keynes?

Existem opções para a Irlanda (WOLF, 2010c). Muitas; e não irei enumerá-las. Mas, acima de tudo, é uma decisão política. A Argentina provou que para lidar com os piratas arrogantes dos mercados financeiros a alternativa é o não pagamento. O calote, embora não seja a melhor opção, revela ser a melhor alternativa quando se compara com os elevados custos sociais do prolongado período de desemprego e com as consequências que a alternativa de austeridade imposta pelo mercado irá provocar. A Argentina provou também que o calote não representa o fim do mundo. Apresenta impacto inicial forte, mas depois dá margem a uma fase de forte crescimento.

Porém, o governo da Irlanda certamente prefere adotar medidas conservadoras de austeridade para lidar com a crise econômica no país. Medidas severas, pois o governo irlandês vai reduzir os gastos em bem-estar social, enxugar custos no setor público e elevar impostos. Na Irlanda liberal, o governo pretende diminuir o número de servidores públicos em 24.750. Ao irlandês caberá então uma nova rodada de sacrifícios (MARTINS, 2010). Por outro lado, como a aliança entre o Estado e o capital financeiro permanece, este novo pacote de socorro governamental objetiva nacionalizar total ou parcialmente todos os cinco maiores bancos da Irlanda, ou seja, nova socialização dos prejuízos (O GLOBO, 2010).

O economista Joseph Stiglitz (apud CALDEIRA, 2010) afirma que, na atualidade, os economistas responsáveis pelas principais economias do mundo são, no fundo, profissionais de terceira linha graduados em escolas de primeira linha e que não aprenderam nada com as lições das crises anteriores. A ignorância, ingenuidade e hipocrisia continuam contaminando e predominando na UE, que, com o discurso conservador e ideias ultraliberais em voga, está transferindo renda para os ricos no afã de manter os privilégios e o sistema de especulação financeira. Este sistema continua e está à caça, procurando novos governos culpados e incautos para castigar.

Permanece o predomínio do “lixo econômico” da era pós-moderna, individualista, consumista e egoísta que prioriza o pagamento de juro. Continua a dominância da lógica financeira do pagamento de juro via transferência de recursos aos bancos pelo seu privilégio e poder de emitir crédito. Esse sistema financeiro, que se esbaldou nos anos de elevada especulação financeira, já foi até agora agraciado com medida de salvamento no valor de aproximadamente 13 bilhões de dólares. Por outro lado, os direitos sociais, trabalhistas e democráticos são abandonados devido ao aumento do conservadorismo ●

Referências

- ANDREI NETTO. *Dívida privada é ameaça para o Europa*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100613/not_imp565745,0.php>. Acesso em: 13 jun. 2010.
- BELLUZZO, L. G. Solavancos na eurolândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 02 maio 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde02052010.htm>>. Acesso em: 02 maio 2010.
- BERTONHA, J. F. *Modelos para o Brasil*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/079/79bertonha.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- CALDEIRA, I. *Regulação do sistema financeiro evitaria crise, diz Stiglitz*. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/regulacao+do+sistema+financeiro+evitaria+crise+diz+stiglitz/n1237833870247.html>>. Acesso em: 22 nov. 2010.
- CARDOSO, J. *Redução de gasto e aumento de impostos guiam planos da Irlanda*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/11/24/reducao-de-gastos-aumento-de-impostos-guiam-plano-da-irlanda-923096832.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2010.
- CARDOSO, F.; CORRÊA, D.; LIMA, G. T. *Mudança estrutural, desenvolvimento institucional e crescimento econômico sustentado*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010131572009000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- CHESNAIS, F. Apresentação. In: FARIAS, F. B. A *globalização e o estado cosmopolita*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARTA MAIOR. *Stiglitz: Ou mandamos os banqueiros para a prisão, ou a economia não vai se recuperar*. 13 dez. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17257>. Acesso em: 14 nov. 2010.
- FINANCIAL TIMES. Praga financeira permanece ameaçando os mercados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online]. 28 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2811201016.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2010.
- FREIRE, V. T. Bolha assassina, vampiro de almas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online]. 14 nov. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/inde14122010.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2010.
- HUDSON, M. A rendição de Obama aos super-ricos. *Carta Maior*, São Paulo [online]. 26 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17216>. Acesso em: 26 nov. 2010.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KRUGMAN, P. *Moralismo, ignorância e ... depressão*. 16 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2010/11/16/moralismo-inveja-e-depressao/>>. Acesso em: 18 nov. 2010a.
- KRUGMAN, P. *Grécia, Irlanda e Portugal são meras “tapas”, Espanha é o prato*. Disponível em: <http://economico.sapo.pt/noticias/grecia-irlanda-e-portugal-sao-meras-tapas-espanha-e-o-prato-principal_105601.html>. Acesso em: 29 nov. 2010b.
- LEITÃO, M. *As crises são iguais*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2010/11/23/as-crises-sao-iguais-343098.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2010a.
- LEITÃO, M. *O pano de fundo*. Disponível em: <<http://oglobo.com/economia/miriam/>>. Acesso em: 21 nov. 2010b.
- MARTINS, A. *A Europa em marcha-ré*. Disponível em: <<http://www.ponto.outraspalavras.net/2010/11/23/a-europa-em-marcha-a-re/>>. Acesso em: 24. nov. 2010.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento de Promoção Comercial. *Como exportar*. Irlanda. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/comercio_exterior/docs/Irlanda.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

MURTA, A. Crise aumenta fila por alimentos nos EUA. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 22 fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/inde22022010.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2010.

O GLOBO. *A linha do tempo da crise Irlandesa*. Rio de Janeiro, 24 nov. 2010 [online]. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/11/24/a-linha-do-tempo-da-crise-na-irlanda-923095091.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2010.

ROSSI, C. Irlanda, de tigre celta a dominó no cassino. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 15 nov. 2010a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/clovisrossi/830918-irlanda-de-tigre-celta-a-dominio-no-cassino.shtml>>. 27 nov. 2010.

ROSSI, C. Os bancos têm de pagar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo [online], 22 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/clovisrossi/834331-os-bancos-tem-que-pagar.shtml>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SADER, E. *O que teria sido, se não fosse*. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/fora-de-pauta-83>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

SANTOS, B. S. A história da austeridade. *Carta Maior*, São Paulo [online]. 15 nov. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17188>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SMITH, V. *Inglatera: castiguem os ricos, não os trabalhadores*. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=17189>. Acesso em: 18 nov. 2010.

WOLF, M. *A solução para a crise imobiliária americana não é uma boa para ser seguida*. 10 set. 2008. Disponível em: <www.spinclubes.com.br/martin_wolf_a_solucao_para_a_crise_imobiliaria_americana_nao_e_uma_boa_para_ser_seguida_doc.doc>. Acesso em: 20 nov. 2010.

WOLF, M. Irlanda muda perspectiva alemã. *Valor*, 24 nov. 2010a. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2010/10.11.Irlanda_muda_perspectiva_alema.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

WOLF, M. Crise da Irlanda é teste para europeus. *Valor*, 01 dez. 2010b. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/2010/10.12.Crise_da_Irlanda_e_teste_para_europeus.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2010.

*** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI, Mestre em Economia (CAEN/UFPA) e Doutorando em Políticas Públicas (UFMA)**

ELA ESTÁ DE VOLTA

Por Antonio Carlos de Andrade*

A geração atual não a conheceu, mas durante muitos anos Ela - a inflação - esteve entre nós. Na verdade, Ela se instalou entre nós no final dos anos cinquenta e por quase todos os anos sessenta. Fingiu que tinha ido embora e esteve por aí escondida por trás do mecanismo da correção monetária para voltar em meados dos anos setenta e se hospedar em nossas casas como um ser indesejado. O seu reinado foi mais sentido no final do governo Sarney, quando chegou a atingir mais de 80% ao mês. Tomou fôlego novamente e se instalou por definitivo na economia brasileira até ser despejada de vez pelo governo de Itamar Franco. E já fora tarde demais. Foram quase 40 anos bagunçando a vida econômica de toda uma população.

De nada adiantou os diversos planos para contê-la: Planos Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Feijão com Arroz, Plano Verão e Plano Collor. Em matéria de excentricidade, os

economistas brasileiros batiam com cada plano o recorde mundial de invencionismo. Ganharam, empatados, esse troféu, o Plano Cruzado e o Plano Collor. O primeiro pela invenção do congelamento de preços em um sistema de mercado. O segundo por ter sequestrado todos os ativos financeiros do País. Duas verdadeiras piadas sem graça nenhuma, a não ser para o resto do mundo capitalista.

Ela só veio a se afastar de vez da economia brasileira com o Plano Real. Segundo o economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011), de 1980 até o período de sua contenção, em 1994, a inflação acumulada no Brasil passou dos mais de 20 trilhões e 259 bilhões, em termos percentuais. Talvez tenha sido o maior confisco social e econômico que se tem notícia pelo mundo a fora.

No final dos governos militares, a inflação anual